

GABRIELA BAEZ FERREIRA

**IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NA  
IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO NACIONAL DE  
ALFABETIZAÇÃO EM PONTA PORÃ-MS**

PONTA PORÃ-MS  
2024

GABRIELA BAEZ FERREIRA

**IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NA  
IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO NACIONAL DE  
ALFABETIZAÇÃO EM PONTA PORÃ-MS**

Trabalho de Conclusão de Curso Pedagogia como  
Componente Curricular para conclusão de Curso  
de Pedagogia - Licenciatura, do Câmpus de Ponta  
Porã, da Universidade Federal de Mato Grosso do  
Sul.

Orientadora: Mara Lucineia Marques Correa  
Bueno

PONTA PORÃ-MS  
2024

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo investigar os impactos da pandemia de Covid-19 na implementação das ações da Política Nacional de Alfabetização (PNA), instituída pelo Decreto nº 9.765/2019, de maneira específica sua aplicabilidade na região fronteiriça brasileira de Ponta Porã no Mato Grosso do Sul com Pedro Juan Caballero no Paraguai. A pesquisa tem caráter qualitativo (RICHARDSON, 2012), envolvendo pesquisa documental (CELLARD, 2012), análise de conteúdo (BARDIN, 2016) e de campo (CRESWELL, 2021). O problema de pesquisa busca responder à seguinte questão: quais impactos da implementação das ações do PNA no currículo Municipal de Ponta Porã, considerando a pandemia da COVID-19, entre os anos de 2020 a 2023? Para responder a pergunta organizou-se seções, sendo que a primeira seção apresenta-se aspectos geográficos e socioeconômicos, bem como a convivência cultural e educacional que caracteriza as cidades de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero. Já a segunda seção, explicita o PNA e sua organização pela Secretaria Municipal de Educação. Por fim, na terceira seção, analisaram-se os efeitos do período pandêmico sobre o processo de alfabetização e seus possíveis impactos na realidade fronteiriça. Discute-se como as limitações de acesso à escola, somadas aos desafios do ensino remoto emergencial, impactaram as habilidades de leitura, escrita e matemática dos estudantes. O período pandêmico afetou especialmente alunos de famílias de baixo poder aquisitivo com acesso limitado a recursos para alfabetização e dificultou o acesso dos estudantes de Pedro Juan Caballero, no Paraguai, às escolas brasileiras devido ao fechamento da fronteira.

Palavra-chave: Alfabetização. Educação em região de fronteira. Política Educacional.

## RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo investigar los impactos de la pandemia de Covid-19 en la implementación de las acciones de la Política Nacional de Alfabetización (PNA), establecida por el Decreto nº 9.765/2019, específicamente su aplicabilidad en la región fronteriza brasileña de Ponta Porã en Mato Grosso do Sul con Pedro Juan Caballero en Paraguay. La investigación es de carácter cualitativo (RICHARDSON, 2012), involucrando investigación documental (CELLARD, 2012), análisis de contenido (BARDIN, 2016) y análisis de campo (CRESWELL, 2021). El problema de investigación busca responder a la siguiente pregunta: ¿cuáles son los impactos de la implementación de acciones de la PNA en el currículo municipal de Ponta Porã, considerando la pandemia de COVID-19, entre los años 2020 y 2023? Para responder a la pregunta se organizaron secciones, presentando la primera sección aspectos geográficos y socioeconómicos, así como la convivencia cultural y educativa que caracteriza a las ciudades de Ponta Porã y Pedro Juan Caballero. La segunda sección explica la PNA y su organización a través de la Secretaría Municipal de Educación. Finalmente, en la tercera sección se analizaron los efectos del período pandémico en el proceso de alfabetización y sus posibles impactos en la realidad fronteriza. Se discute cómo las limitaciones de acceso a la escuela, sumadas a los desafíos de la enseñanza remota de emergencia, impactaron las habilidades de lectura, escritura y matemáticas de los estudiantes. El período de la pandemia afectó especialmente a estudiantes de familias de bajos ingresos con acceso limitado a recursos de alfabetización y dificultó el acceso de los estudiantes de Pedro Juan Caballero, Paraguay, a las escuelas brasileñas debido al cierre de fronteras.

Palabra clave: Alfabetización. La educación en una región fronteriza. Política Educativa.

## **Introdução**

Este estudo busca analisar a realidade da fronteira entre Ponta Porã, Mato Grosso do Sul/MS, e Pedro Juan Caballero, Departamento del Amambay, Paraguai/PY, no contexto pandêmico (2019-2023), coincidindo com os anos iniciais de implementação do PNA, iniciado em abril de 2019.

O trabalho busca responder ao problema: quais impactos da implementação das ações do PNA no currículo Municipal de Ponta Porã, considerando a pandemia da COVID-19, entre os anos de 2020 a 2023? Para tanto, direciona-se a investigação dos possíveis impactos da COVID-19 na implementação do PNA, instituído pelo Decreto nº 9.765/2019 no contexto da fronteira de Ponta Porã, no Estado de Mato Grosso do Sul (MS).

Cabe salientar que a pesquisa faz parte do Projeto de Pesquisa em andamento intitulado “Aprendizagens educativas e tecnológicas no âmbito do CPPP: atividades pedagógicas, culturais e de divulgação científica no contexto fronteiriço” vinculado ao Edital UFMS/PROECE nº 06/2022.

Para analisar com mais detalhes a realidade educacional local fronteiriça de Ponta Porã–MS, com Pedro Juan Caballero–PY, optou-se por realizar uma pesquisa qualitativa. A qual, de acordo com Richardson (2012, p. 90) “a pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados” esse método permite compreender fenômenos sociais em sua complexidade, tomando a visão dos sujeitos como central para a análise.

Para fundamentar a pesquisa metodologicamente buscou-se autores como Cellard (2012,) pois a pesquisa documental envolve a revisão e análise dos decretos municipais que “trata-se de uma documentação geralmente volumosa e, por vezes, organizada segundo planos de classificação, complexos e variáveis no tempo” (p. 297), permitindo analisar documentos pertinentes às medidas tomadas referente ao ensino no período pandêmico.

Para analisar com mais detalhes a realidade educacional local fronteiriça de Ponta Porã–MS, com Pedro Juan Caballero–PY, optou-se por realizar uma pesquisa qualitativa. A qual, de acordo com Richardson (2012, p. 90) “a pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados” esse método permite compreender fenômenos sociais em sua complexidade, tomando a visão dos sujeitos como central para a análise.

Para realizar a análise de conteúdo, recorreu-se à Bardin (2016), o qual explicita que “a análise de conteúdo, [...] visa o conhecimento de variáveis de ordem psicológica,

sociológica, histórica etc., por meio de um mecanismo de dedução com base em indicadores reconstruídos a partir de uma amostra de mensagens particulares” (p.50). Ou seja, isso possibilita uma compreensão mais rica e detalhada, sendo relevante para a pesquisa por permitir analisar com mais detalhes a realidade educacional local fronteiriça de Ponta Porã.

Realizou-se pesquisa de campo com entrevista semi-estruturada e para isso recorreu-se a Duarte (2004, p.215), o qual salienta que as “entrevistas são fundamentais quando se precisa/deseja mapear práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos, mais ou menos bem delimitados, em que os conflitos e contradições não estejam claramente explicitados”. Para isso, foi utilizada a pesquisa de campo (CRESWELL, 2021) como método, aplicando-se um questionário com o objetivo de responder o problema de pesquisa de quais foram os impactos na implementação das ações do PNA na região fronteiriça de Ponta Porã com Pedro Juan Caballero, devido a pandemia da COVID-19.

Para subsidiar a pesquisa documental, a pesquisa de campo trouxe a experiência de uma professora educadora, que atuou na alfabetização em uma escola municipal, situada a aproximadamente um quilômetro da faixa de fronteira, durante a pandemia que coincidiu com os anos subsequentes à implementação do PNA, iniciada em março de 2019.

A entrevistada selecionada tem atuado na área desde 2004, desenvolvendo sua prática em uma escola municipal localizada a aproximadamente um quilômetro da fronteira com o Paraguai. Sua experiência durante o período pandêmico, entre 2020 e 2023, proporciona uma perspectiva valiosa para a discussão sobre os desafios e estratégias de ensino enfrentados em um contexto educacional tão singular.

Para investigar como as propostas, programas e ações do PNA foram aplicadas ao currículo escolar do município de Ponta Porã-MS, cada pergunta foi formulada com base no objetivo da pesquisa em abordar quais foram os desafios enfrentados por professores e alunos da região de fronteira, ao longo desse período de alfabetização somadas aos impactos do período pandêmico. Na seção abaixo contextualizar-se-á a realidade da fronteira de Ponta Porã/MS com a cidade de Pedro Juan Caballero no Paraguai.

## **1. A FRONTEIRA DO BRASIL COM O PARAGUAI: PONTA PORÃ/BRASIL E PEDRO JUAN CABALLERO/PARAGUAI**

A fronteira entre Brasil e Paraguai, especificamente a fronteira entre Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, apresenta diversas particularidades culturais e linguísticas, destacam-se também as intensas interações no fornecimento de serviços básicos como saúde, trabalho e

educação, resultando em um fluxo contínuo de pessoas entre os países devido à proximidade entre as duas nações vizinhas, conhecidas como cidades-gêmeas. De acordo com Dias (2021) o conceito de cidades-gêmeas refere-se aqueles municípios com mais de 2.000 mil habitantes, que ficam um ao lado do outro, mas em países diferentes.

De acordo com Rodrigues (2015), fronteiras são espaços caracterizados geograficamente como limites territoriais que definem a separação física e política entre países e sua conceituação abrange várias áreas de estudo como geografia, história e áreas afins, englobando em suas discussões sobre fronteira aspectos políticos, econômicos e territorial.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 designa que 150 km a partir do limite internacional é considerada área de segurança nacional ou faixa de fronteira. O conceito de fronteira internacional dado por Machado (2006, p. 59) entende que “o limite internacional não é uma ficção e sim uma realidade geográfica que gera outras realidades.”

A posição geográfica entre as cidades localizadas dentro do limite internacional faz com que ocorram interações sociais, políticas e econômicas. Segundo Ferrari (2014, p. 24) a fronteira possui duas visões científicas: uma que trata da história política entre Estados nacionais e do limite de soberania de um poder central e a outra local ou regional que trata do vivido e das interações.

Segundo Kern (2016, p. 11) “a fronteira é uma situação limite a partir da qual que se distinguem e se identificam os indivíduos e os grupos sociais em presença”. Nesse sentido, a fronteira não se destina somente a limite territorial entre países, envolve também relações e interações das populações que se encontram no contexto de fronteira.

Tratando especificamente da fronteira do Brasil com o Paraguai, esta tem extensão de 1.365,4 km, dos quais 928,5 km são por rios e 436,9 km por divisor de águas. Os municípios de Mato Grosso do Sul que fazem fronteira com o Paraguai são; Bela Vista, Antônio João, Dourados, Ponta Porã, Laguna Carapã, Aral Moreira, Amambai, Coronel Sapucaia, Paranhos, Sete Quedas, Japorã e Mundo Novo (Brasil, 2018) A fronteira entre Brasil e Paraguai é constituída por nove municípios localizados em faixa de fronteira entre eles Ponta Porã, que faz fronteira com Pedro Juan Caballero e destaca-se pela forte relação de interações relacionada à educação, comércio e diversas prestações de serviços que se intensifica devido à fronteira seca.

A região de fronteira de Ponta Porã–MS com Pedro Juan Caballero–PY, notável por ser uma fronteira dinâmica constituída de interações culturais e sociais, apresenta diversas particularidades derivadas da proximidade geográfica e do fluxo constante de residentes que

cruzam diariamente entre o limite internacional para trabalhar, estudar e utilizar outros serviços diversos, tanto públicos quanto privados. Para Machado (2006, p. 61) o ambiente geográfico de fronteira é mais complexo do que aquele simbolizado pelo limite, pois se faz pela territorialização de grupos humanos e de redes de circulação e intercâmbio, unidos pela permeabilidade dos limites estatais através da comunicação entre populações pertencentes a diferentes sistemas de poder territorial.

A cidade de Ponta Porã, abarca uma extensão territorial de 5.328,5 km<sup>2</sup>, dos quais 100 km<sup>2</sup> correspondem à área urbana e Pedro Juan Caballero, corresponde a uma superfície de 5.678 km<sup>2</sup> onde apenas 35 km<sup>2</sup> constitui o traçado urbano. As cidades de Ponta Porã, no Mato Grosso do Sul, e Pedro Juan Caballero, no Departamento de Amambay, Paraguai, são conhecidas como cidades-gêmeas. É importante ressaltar que Ponta Porã–Brasil e Pedro Juan Caballero–Paraguai, além do distrito Sanga Puitã, distante 11 quilômetros de Ponta Porã, são uns dos municípios de Mato Grosso do Sul que se caracterizam como cidades-gêmeas juntamente com as cidades de Bela Vista, Mundo Novo, Paranhos, Coronel Sapucaia e Porto Murtinho.

A definição legal de cidade-gêmea é dada pela portaria nº 125, de 21 de março de 2014 do Ministério da Integração (BRASIL, 2014)

Art. 1º Serão considerados cidades-gêmeas os municípios cortados pela linha de fronteira, seja essa seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura, que apresentem grande potencial de integração econômica e cultural, podendo ou não apresentar uma conurbação ou semi-conurbação com uma localidade do país vizinho, assim como manifestações "condensadas" dos problemas característicos da fronteira, que aí adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania.

O território de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero apresenta uma conurbação, que se configura como uma área urbana composta por um grupo de cidades organizadas. De acordo com Lamberti (2006) a condição de conurbação dessa fronteira internacional, permitiu historicamente que as duas cidades se conformam enquanto centro de comercialização e trocas internacionais, promovendo as interações econômicas, sociais e culturais. Há uma intensa interação social entre esses locais.

Essa é uma particularidade da região fronteira entre Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, que é caracterizada pela intensa circulação tanto da população brasileira como da paraguaia, reflexo de um território urbano conurbado, produzindo relações mútuas de troca e de serviços sociais públicos ou privados. Segundo Benini (2008, p. 77)

A interação predominante na fronteira Ponta Porã/ Pedro Juan Caballero é a local, uma vez que existe uma forte interdependência entre as duas cidades, marcada tanto

pelo fluxo de pessoas e bens como também por informações e capitais que diariamente cruzam o limite internacional.

Dados do último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2022 apontam que a cidade de Ponta Porã possui 92.017 habitantes com 80% da população em zona urbana. Seu Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é de 0,701, indicando um desenvolvimento alto relacionado a outras cidades-gêmeas do estado de Mato Grosso do Sul, sendo elas Bela Vista (IDHM-0,698), Porto Murtinho (IDHM 0,666), Mundo Novo (IDHM 0,686), Paranhos (IDHM-0,588) Coronel Sapucaia (IDHM-0,589). Apontamentos feitos pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), indicam que o município de Ponta Porã apresentou melhorias nas condições de vida da população. O fator principal que levou ao aumento do IDH foi a melhoria na educação. (p. 13)

O município de Ponta Porã tem o total de 49 instituições escolares, sendo uma federal, 12 estaduais, 28 municipais e dez particulares totalizando 18.903 alunos segundo o censo do Inep de 2023. Já Pedro Juan Caballero, possui uma população estimada de 123.784 habitantes segundo o Instituto Nacional de Estadística (INE) de 2022. Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), de 2010, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Pedro Juan Caballero era de 0.700. Possui 108 instituições educativas, sendo 57 unidades de educação inicial, 91 de educação escolar básica, 28 de educação média e 14 de educação permanente, atendendo 27743 estudantes matriculados.

A educação no Brasil é composta pela educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; e pela educação superior. Já a educação no Paraguai é gratuita e obrigatória dos sete aos treze anos dividida em educação inicial, educação escolar básica e educação média, formação profissional média e superior.

Observa-se a partir dos dados analisados que a população do lado paraguaio é um pouco mais numerosa em comparação com a do lado brasileiro. No que diz respeito ao IDH das cidades-gêmeas situadas na região, ambos os lados apresentam índices bastante semelhantes, indicando um nível de desenvolvimento próximo.

De acordo com BANDUCCI (2011)

A disposição das cidades, a fronteira seca, permite o transitar constante da população tanto em Ponta Porã, quanto em Pedro Juan Caballero, em função de trabalho ou da busca de serviços públicos, como saúde e educação (é comum a criança residir em um País e estudar no outro), proporcionando uma significativa interação entre seus moradores, que compartilham vivências, costumes e valores, configurando uma territorialidade fronteiriça

As interações entre a população de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero ocorrem mais devido a busca de serviços relacionados à educação, saúde e trabalho. É comum nesta região as crianças da cidade de Pedro Juan Caballero frequentarem as instituições escolares brasileiras, enquanto à uma procura pelo ensino superior pela população jovem do Brasil, especialmente os cursos de medicina no Paraguai. Podemos notar que as cidades estão num nível de desenvolvimento bastante próximos, em geral o lado brasileiro é maior e mais dinâmico, o que acaba atraindo os paraguaios na busca por melhores empregos, educação e serviços de saúde.

Na próxima seção, explicitar-se-á sobre a aplicabilidade do PNA implementado durante o período pandêmico diante as medidas sanitárias de emergência tomadas proporcionando uma visão abrangente do impacto dessa iniciativa na educação em tempos de crise.

## **2. APLICABILIDADE DO PLANO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO NO CONTEXTO DE FRONTEIRA DURANTE O PERÍODO PANDÊMICO**

O PNA é uma política de Estado estabelecida para promover programas e ações voltados à alfabetização com base nas mais recentes evidências científicas, “o termo “evidências” diz respeito a achados que resultam de pesquisas científicas. Uma alfabetização baseada em evidências é aquela que emprega procedimentos e recursos cujos efeitos foram testados e se mostraram eficazes”. (BRASÍLIA, abril de 2021, p.28) Com o propósito de melhorar a qualidade da alfabetização e combater o analfabetismo absoluto e funcional, o PNA tem como um dos objetivos contribuir para a consecução das metas cinco e nove do Plano Nacional de Educação (art. 4º, II). (BRASIL, 2020, p. 40)

O PNA foi decretado em abril de 2019 e no ano seguinte, em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a pandemia do coronavírus devido à disseminação geográfica rápida que tomou o Brasil e o mundo. A pandemia de COVID-19 no Brasil, trouxe diversos impactos dentre eles a necessidade de distanciamento social e restrições implementadas em diversos estados e municípios, afetando principalmente a população de baixo poder econômico. O Brasil, assim como muitos outros países, enfrentou interrupções de vários serviços públicos presenciais, inclusive as atividades educacionais, impactando a comunidade escolar e criando diversos desafios no aprendizado que aconteceu praticamente de modo remoto.

No município de Ponta Porã, houve a suspensão das atividades educacionais presenciais por meio da Resolução n. 015 de 13 de abril de 2020, que regulamentou o Decreto

nº 845, de 17 de março de 2020, sobre a suspensão das atividades educacionais e a oferta de atividades pedagógicas Complementares nas Instituições de Ensino da Rede Municipal de Ponta Porã (REME).

Neste mesmo decreto, há a instrução normativa/SEME nº 01/INSP/2020, que estabelece orientações sobre a Atividade Pedagógica Complementar (APC) nas Instituições de Ensino da Rede Municipal de Ponta Porã

Art. 2º A Atividade Pedagógica Complementar consiste em atividades escolares, vinculadas às habilidades previstas nos documentos curriculares propostos pela Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Lazer, previamente planejada e elaborada pelo docente, para ser ofertada ao estudante fora do ambiente escolar. Parágrafo único. Para efeito redacional desta Instrução Normativa, a Atividade Pedagógica Complementar passa, doravante, a denominar-se APC. (p. 2)

Em seu artigo quarto, inciso quatro está descrito que as APCs ocorrerão “em situações excepcionais de caso fortuito ou força maior, como calamidade pública, comoção interna ou, ainda, por motivo de superior interesse público”. As atividades pedagógicas complementares foram utilizadas para que fossem alcançadas o cumprimento da carga horária mínima anual dos dias letivos previstos em lei. As APCs foram elaboradas através de planos de ação desenvolvidos pelos coordenadores pedagógicos e docentes em que contemplaram desde estratégias para o recebimento dessas atividades, correções, replanejamento e devolutivas.

O sétimo artigo enfatiza a importância de que as atividades impressas sejam retiradas pelos responsáveis pelos alunos nas instituições de ensino e realizadas dentro dos prazos estabelecidos no planejamento da coordenação pedagógica e dos docentes para auxiliar os alunos a cumprir os dias letivos da instituição de ensino.

A região de fronteira entre Ponta Porã e Pedro Juan Caballero enfrentou ainda o fechamento da fronteira, determinado pelo governo paraguaio em março de 2020, o que dificultou o acesso dos pais e alunos residentes do país vizinho às escolas para que fosse possível a retirada das atividades pedagógicas impressas, afetando principalmente aqueles que não tinham a possibilidade de utilizar tecnologias digitais para acompanharem as aulas de modo remoto.

Em 24 de Julho de 2020, foi divulgado no Diário Oficial da Prefeitura Municipal de Ponta Porã, que, devido a imprevisibilidade da volta às aulas presenciais tanto das escolas públicas e particulares, não havia como ser projetado o cumprimento do ano letivo, mediante a gravidade da COVID-19.

Entretanto, o mesmo documento propõe que a realização de atividades pedagógicas não presenciais devem ser cumpridas:

A realização de atividades pedagógicas não presenciais (mediadas ou não por tecnologias digitais de informação e comunicação) é uma das alternativas para reduzir a reposição de carga horária presencial ao final da situação de emergência e visa permitir que os estudantes mantenham uma rotina básica de atividades escolares mesmo afastados do ambiente físico da escola, evitando o retrocesso de aprendizagem e a perda do vínculo com a escola, o que pode levar à evasão e abandono. (p.3)

Esclarece também que cabe às instituições, de acordo com a realidade do público que atende, promover meios de assegurar que as atividades pedagógicas sejam mediadas por meio de tecnologias digitais

Nesse sentido, as atividades pedagógicas não presenciais podem acontecer por meios digitais (videoaulas, conteúdos organizados em plataformas virtuais de ensino e aprendizagem, redes sociais (whatsapp, facebook, blogs, etc), correio eletrônico, dentre outros); por meio de programas de televisão ou rádio; pela adoção de material didático impresso, com orientações pedagógicas, distribuído aos estudantes, seus pais ou responsáveis; e pela orientação de leituras, pesquisas, atividades e exercícios indicados nos materiais didáticos. (p.3)

No quesito avaliações, existe uma orientação para que as avaliações dos estudantes sejam realizadas no retorno das aulas “como forma de dar maior fidedignidade ao processo de aprendizagem e favorecer aos estudantes que tiveram dificuldades na realização das atividades pedagógicas não presenciais”.

O retorno das aulas presenciais aconteceu somente em 01 de março de 2021, obedecendo os protocolos de biossegurança que foram divulgados ainda no ano de 2020, por meio do Diário Oficial do Município de Ponta Porã<sup>1</sup>. O protocolo de biossegurança recomenda alterações na rotina escolar e determina que as aulas presenciais sejam realizadas de forma revezada, 50% dos alunos da instituição devem frequentar uma semana de aula e na seguinte realizar atividades pedagógicas em casa, esse sistema funcionou enquanto durou a pandemia.

Foi divulgado no site oficial da Prefeitura de Ponta Porã pela Secretaria de Educação do município que houve uma redução de 20% no número de alunos em comparação com o ano de 2020. Apesar dos esforços da secretaria de educação para cumprir o ano letivo no município, a causa da diminuição de alunos não foi informada.

Em julho de 2021 as aulas presenciais foram suspensas novamente por meio do Decreto nº. 8.918, de 07 de julho de 2021 Art. 1º - Ficam suspensas as aulas presenciais em todas as escolas da rede municipal de ensino no período de 19 de julho a 31 de julho de 2021. Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

---

<sup>1</sup>Diário Oficial de Edição nº. 3595, Ponta Porã-MS 03.02.2021

Por meio da RESOLUÇÃO/SEME nº 031, de 12 de julho 2021 as aulas voltariam a ser presenciais respeitando o protocolo para o retorno às aulas

Art. 1º Autorizar o retorno das aulas presenciais nas Instituições de Ensino da Rede Municipal de Ponta Porã, MS.

§1º As aulas presenciais nas Instituições de Ensino da Rede Municipal de Ponta Porã serão retomadas a partir de 2 de agosto de 2021, com escalonamento dos estudantes;

§ 2º No período de 19 a 30 de julho de 2021, para cumprimento da Resolução nº 024 de 02 de janeiro de 2021, que dispõe sobre o Escolar, e Resolução nº. 028 de 09 fevereiro de 2021, que altera dispositivos da Resolução nº. 024, as Instituições de Ensino deverão proceder à oferta das aulas não presenciais por meio das Atividades Pedagógicas Complementares (APCs).

Art. 2º As aulas presenciais, com escalonamento semanal dos estudantes da Rede Municipal de Ensino, conforme o caso, observarão as recomendações acerca dos graus de risco do PROSSEGUIR para o município, conforme percentuais abaixo:

I – Grau extremo - Bandeira Cinza: até 30% (trinta por cento) dos estudantes em sala;

II – Grau alto - Bandeira Vermelha: até 50 % (cinquenta por cento) dos estudantes em sala;

III – Grau médio - Bandeira Laranja: até 70% (setenta por cento) dos estudantes em sala;

IV – Grau tolerável - Bandeira Amarela: até 90% (noventa por cento) dos estudantes em sala;

V – Grau baixo - Bandeira Verde: 100% (cem por cento) dos estudantes em sala. (PONTA PORÃ, Decreto Municipal nº 8.918, de 07 de julho de 2021, p. 2)

Em 2022, as aulas seguiram de maneira presencial, ainda respeitando os protocolos de biossegurança. A implementação do PNA no município de Ponta Porã está presente em seu currículo municipal de educação somente no ano de 2022, que abarca programas desenvolvidos a partir das diretrizes do PNA. Dentre eles, o programa “Tempo de Aprender”<sup>2</sup> tem foco na formação pedagógica e gerencial de docentes e gestores

O Programa é destinado para gestores e educadores da pré-escola ao 1º e 2º ano do ensino fundamental da rede municipal de ensino, fornecendo apoio pedagógico para a alfabetização, aprimorando as avaliações realizadas nessa etapa, oferecendo formação continuada e valorizando os profissionais da alfabetização. (PONTA PORÃ, 2020)

Há também o projeto Literacia Familiar que tem a finalidade de contribuir com as competências e criar hábitos de leitura e contação de histórias a fim de desenvolver o diálogo, o imaginário e as habilidades posteriores necessários para desenvolver a leitura e escrita. O projeto é destinado para a etapa da educação infantil “pois acredita-se que o desenvolvimento da linguagem oral, da leitura e da escrita deve ser iniciada desde cedo na escola com seus professores, e em casa na convivência entre pais e filhos” (PONTA PORÃ, 2022, p. 32-33)

---

<sup>2</sup> Disponível

em: <http://alfabetizacao.mec.gov.br/conteudo-tempo-de-aprender/26-eixos-e-acoes-do-programa/59-eixose-acoes-do-programa>.

Com o objetivo de melhorar a qualidade da alfabetização e combate ao analfabetismo absoluto e funcional, o PNA foi instituído pelo Decreto nº 9.765 assinado pelo então presidente da República, Jair Messias Bolsonaro em 11 de abril de dois mil e dezenove.

No seu artigo primeiro, é mencionado que haverá colaboração entre União, Estados, Municípios e o Distrito Federal para a implementação de programas e ações voltadas para a alfabetização baseada em evidências científicas

Art. 1º Fica instituída a Política Nacional de Alfabetização, por meio da qual a União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, implementará programas e ações voltados à promoção da alfabetização baseada em evidências científicas, com a finalidade de melhorar a qualidade da alfabetização no território nacional e de combater o analfabetismo absoluto e o analfabetismo funcional, no âmbito das diferentes etapas e modalidades da educação básica e da educação não formal. (BRASIL, 2019, p.1)

O PNA propõe assistência técnica e financeira e ações direcionadas aos agentes envolvidos na implementação dos programas, os professores alfabetizadores, professores da educação infantil, da educação básica e também dos gestores escolares para que esses possam dar suporte adequado aos professores, famílias e alunos. O público alvo prioritário das ações do PNA são as crianças na primeira infância, da educação básica regular que apresentam níveis insatisfatórios de alfabetização e alunos dos anos iniciais do ensino fundamental.

A implementação do PNA acontece por meio de instrumentos, ações e programas que incluem o desenvolvimento de materiais didáticos-pedagógicos, capacitação dos professores para o uso desses recursos, orientações curriculares com metas claras e objetivas tanto para a educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental, bem como a promoção de mecanismos de certificação de professores alfabetizadores e de livros e materiais didáticos.

Na seção subsequente, serão apresentados os resultados de uma pesquisa conduzida através de um questionário com o intuito de responder questões acerca dos desafios impostos pelo período pandêmico para a implementação do PNA em região fronteiriça.

### **3. IMPACTOS RELACIONADOS AO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO NO CONTEXTO FRONTEIRIÇO NO PERÍODO PANDÊMICO**

O período pandêmico decretado no ano de 2020, que perdurou até o começo do ano de 2023, evidenciou as disparidades sociais e de aprendizagem existentes entre os alunos de áreas fronteiriças, como também modificou a relação professor-aluno e a realidade vivida no “chão da escola”.

A pesquisa qualitativa foi escolhida para compreender de forma aprofundada as experiências e percepções relacionadas à implementação do PNA em região de fronteira no

período pandêmico. Recorreu-se a uma entrevista que para Goode e Hatt (1969, p. 237), a entrevista “consiste no desenvolvimento de precisão, focalização, fidedignidade e validade de certo ato social como a conversação”. Para isso, elaborou-se um questionário semi-estruturado permitindo mais liberdade ao entrevistado (Gauthier, 1998) focado na experiência de uma professora que atuou durante a pandemia.

A escolha da entrevistada para participar da pesquisa teve como critério seu tempo de experiência na alfabetização, mínimo de 10 anos, especificamente no segundo ano do ensino fundamental, que é crucial para o desenvolvimento das habilidades linguísticas e matemáticas, bem como a atuação em escola mais próxima à linha de fronteira. De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o segundo ano do ensino fundamental enfatiza o desenvolvimento das habilidades de leitura, escrita e comunicação dos alunos. Esse ciclo visa aprimorar a fluência e compreensão leitora, fortalecer a produção escrita e expandir a capacidade de expressão oral. A BNCC destaca a importância dessa fase para consolidar as competências linguísticas, preparando os estudantes para conteúdos mais complexos nos anos seguintes e promovendo uma base sólida para o aprendizado contínuo (BRASIL, 2018).

Para garantir a precisão das informações coletadas durante a entrevista, todas as interações foram gravadas em formato de áudio. Para SCHRAIBER (1995) há a necessidade do uso de gravador, como garantia de registro e captação de elementos relevantes de comunicação. As questões norteadoras da entrevista tiveram como objetivo investigar quais impactos houve na implementação do PNA na região fronteira após sua implementação, seguida da pandemia da Covid-19. Durante a entrevista, a professora compartilhou sua experiência de alfabetizar durante o período pandêmico, como foi a comunicação entre coordenação, direção e professores e suas percepções quanto às dificuldades referentes a atuar durante a pandemia.

Suas contribuições trouxeram a percepção que nesse período inicial, nos anos de 2020, 2021 não houve muitas ações ou formações continuadas que visavam a melhoria do processo de alfabetização previstas no PNA e sim, formações relacionadas às tecnologias utilizadas durante o período pandêmico.

Com o intuito de investigar a implementação do PNA, especialmente em relação à sua divulgação e ao processo de alfabetização nas fases iniciais de sua aplicação, a entrevista semi-estruturada além de ter perguntas fechadas e diretas, inclui um número pequeno de perguntas, dando liberdade ao entrevistado (Gauthier, 1998). A primeira questão discutida foi sobre como ocorreu a divulgação do PNA, buscando entender se houve uma comunicação eficaz e quais foram os meios utilizados para disseminar as informações.

Em sua resposta, a professora destacou a incerteza que predominou no início desse período: "Nós ficamos sem saber que direção seguir." Essa falta de clareza foi agravada pelo isolamento social, que deixou os educadores sem um roteiro claro para conduzir suas práticas pedagógicas.

Para Libâneo (1994) "para tornar efetivo o processo educativo, é preciso dar-lhe uma orientação sobre as finalidades e meios da sua realização". Ele aponta que a falta de orientação clara sobre práticas pedagógicas eficazes pode levar à insegurança e improvisação na atuação dos professores.

Durante o ano de 2020, a comunicação com a equipe docente foi limitada, e as orientações se tornaram mais estruturadas apenas em 2021. A professora explicou que, nesse ano, começaram a receber instruções mais claras: "A partir de 2021 foi, assim, deram uma direção maior." As atividades eram inicialmente elaboradas em casa e enviadas para a escola, que se encarregava de repassá-las aos pais. "Nós confeccionávamos, montávamos a atividade e enviávamos para a escola," relatou a professora.

Essa colaboração entre escola e família tornou-se essencial, uma vez que os pais assumiram um papel ativo na educação dos filhos em casa. Além disso, a professora mencionou a flexibilidade necessária para adaptar as atividades: "diversas vezes a gente montava as atividades, aí via que não dava certo, aí voltava, fazia diferente."

Segundo Libâneo (1994, p.24) para que o professor possa atingir efetivamente os objetivos de ensino de ensino é necessário "conhecimento e domínio dos vários métodos de ensino e procedimentos didáticos, a fim de poder escolhê-los conforme temas a serem tratados". Essa capacidade de adaptação foi fundamental para garantir que os alunos continuassem a aprender, mesmo em um cenário tão desafiador.

Ao ser questionada sobre a formação continuada relacionada aos métodos de alfabetização contextualizados ao ensino remoto emergencial, a entrevistada revelou que não houve nenhuma formação específica durante esse período. "Não, nós não tivemos nenhuma formação nesse período," afirmou. Segundo ela, o aprendizado ocorreu de maneira individual, com cada um buscando se aprimorar por conta própria. A entrevistada mencionou que, apesar das dificuldades, houve um curso realizado no final de 2021, mas este era voltado mais para a tecnologia do que para a alfabetização em si.

Referente às práticas pedagógicas, a entrevistadora questionou como a professora se organizou para alfabetizar os alunos em um período desafiador. A professora explicou que, no início do ano, era fundamental realizar uma avaliação diagnóstica para entender o nível de cada estudante. De acordo com Libâneo (1994, p.250)

O trabalho docente nunca é unidirecional. As respostas e as opiniões dos alunos mostram como eles estão reagindo à atuação do professor, às dificuldades que encontram na assimilação dos conhecimentos. Servem, também, para diagnosticar as causas que dão origem a essas dificuldades. Esta é uma das funções da avaliação diagnóstica.

Essa etapa inicial permitiu identificar as habilidades que já tinham sido desenvolvidas e aquelas que ainda precisavam ser trabalhadas. Com isso, a professora montou um planejamento de atividades personalizado, levando em conta as particularidades de cada aluno "conforme a gente imaginava que o aluno estaria", ela disse, destacando a importância de adaptar as propostas de ensino para atender às necessidades específicas de cada um, especialmente no contexto de 2021, que exigiu uma abordagem ainda mais cuidadosa e flexível.

Houve um momento em que as aulas no município de Ponta Porã, ocorreram de forma escalonada, com a divisão das turmas, onde apenas 50% dos alunos frequentavam as aulas presencialmente em semanas alternadas, segundo a entrevistada, ela teve a oportunidade de adaptar sua abordagem pedagógica. Inicialmente, a professora conduziu um diagnóstico para avaliar o nível de alfabetização de cada criança.

Com base nesses resultados, ela agrupou os alunos de acordo com suas habilidades, permitindo uma atenção mais focada. Nas semanas em que recebia os alunos com mais dificuldades, especialmente aqueles que estavam apenas começando o processo de alfabetização, ela pôde dedicar um tempo maior para trabalhar de forma individualizada.

Nas semanas seguintes, ao atender os alunos em níveis mais avançados, percebeu que essa estratégia também trouxe benefícios. Surpreendentemente, a professora não sentiu grandes dificuldades nesse novo formato. Na percepção da professora, a separação por níveis permitiu um trabalho mais eficaz; com turmas menores, a qualidade do ensino melhorou significativamente.

Após a pandemia, o currículo municipal de Ponta Porã implementou ações significativas para aprimorar as habilidades dos alunos em áreas essenciais, como consciência fonêmica, vocabulário, fluência em leitura e escrita. Segundo a entrevistada, uma das principais iniciativas foi a aplicação de provas externas, como a Provinha do CAEd<sup>3</sup>, logo após o retorno das aulas presenciais.

Essas avaliações permitiram identificar as principais dificuldades enfrentadas pelos alunos, possibilitando um foco direcionado nas áreas que necessitavam de maior atenção.

---

<sup>3</sup> Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (Caed)

Desde então, em 2024, os estudantes realizaram duas provas externas adicionais, que não apenas avaliaram a alfabetização, mas também abordaram habilidades em matemática.

Durante a pandemia, as dificuldades enfrentadas pelas turmas de alfabetização se tornaram evidentes, especialmente entre as famílias de menor poder aquisitivo. A entrevistada destacou que, enquanto as famílias de classe média conseguiram se adaptar melhor ao ensino remoto, aquelas com menos recursos enfrentam sérios obstáculos. Muitas dessas famílias, apesar da vontade de ajudar, não tinham o conhecimento necessário para apoiar adequadamente a alfabetização dos filhos. Em seu livro, Libâneo (1994, p.36) escreve:

Quando um aluno não consegue aprender[...], considera-se que são problemas individuais dele, descartando-se outras explicações como as condições sócio-econômicas, a desigualdade social e a responsabilidade da própria escola. Esta é uma visão conservadora da escola. Na verdade, entendê-la como meio de adaptação à sociedade vigente é acreditar que esta é boa, justa, que dá oportunidades iguais a todos; que o sucesso na vida depende somente das aptidões e capacidades individuais; que o aproveitamento escolar depende exclusivamente do esforço individual do aluno. Esta idéia não corresponde à realidade. Primeiro, porque numa sociedade marcada pela desigualdade social e econômica as oportunidades não são iguais e muito menos são iguais as condições sociais, econômicas e culturais de ter acesso e tirar proveito das oportunidades educacionais.

A entrevistada contribuiu também com suas percepções sobre os alunos paraguaios que frequentaram a instituição nesse período pandêmico, e que nesses casos alfabetizar foi mais difícil considerando que os pais dos alunos, devido às questões linguísticas, aqueles que falam só o espanhol ou o guarani, tiveram mais dificuldades ao auxiliar os filhos em suas atividades escolares, enquanto em alguns casos, houve famílias que criaram apostilas para dar suporte aos filhos no processo de alfabetização.

Ela destacou que em uma turma de quase 30 alunos, por exemplo, metade já havia alcançado algum nível de alfabetização, enquanto a outra metade ainda lutava para acompanhar. Essa disparidade refletiu diretamente a capacidade das famílias em apoiar o aprendizado durante um período tão desafiador.

No cenário pós-pandêmico, no entanto, aqueles alunos que retornaram às aulas presenciais, especialmente os que pertenciam a famílias com maior nível de escolaridade e conhecimento, mostraram um desenvolvimento significativo. Com o retorno às interações diretas e ao suporte dos educadores, muitos conseguiram avançar em seus níveis de alfabetização, evidenciando a importância da colaboração entre escola e família nesse processo.

Essas experiências ressaltam a desigualdade educacional que se intensificou durante a pandemia, mas também mostram a resiliência e a capacidade de adaptação das crianças e das

famílias que tiveram acesso a melhores condições de aprendizado. Ela destacou que o ensino remoto e as medidas de emergência tomadas proporcionaram novas oportunidades de aprendizado e evidenciou as particularidades vividas pelos alunos e seus familiares, que tiveram grande participação no processo de alfabetização junto à escola.

## **Conclusão**

A pesquisa teve como problema central o seguinte questionamento: Quais impactos da implementação das ações do PNA no currículo Municipal de Ponta Porã, considerando a pandemia da COVID-19, entre os anos de 2020 a 2023? Para responder a pergunta, estabeleceu-se como locus de pesquisa o município fronteiriço de Ponta Porã/MS, no Brasil, com Pedro Juan Caballero/Departamento Del Amambay, no Paraguai. A turbulência provocada pela pandemia da COVID-19 gerou incertezas que impactaram a conclusão dos anos letivos de 2020 e 2021 no município de Ponta Porã, fazendo com que a implementação do PNA não fosse prioritária nas discussões educacionais na região fronteiriça. Assim, sua inclusão no currículo municipal ocorreu apenas em 2022.

Em conclusão, a partir de 2021, as orientações oferecidas aos professores passaram a ser mais frequentes, embora ainda houvesse lacunas significativas na formação continuada em relação às propostas do PNA. A única oferta de curso pela Secretaria Municipal de Educação abordou aspectos tecnológicos, sem oferecer orientações diretamente ligadas ao processo de alfabetização. A experiência relatada pela professora evidenciou que houveram incertezas e falta de direcionamento para seguir as diretrizes do PNA. Após a pandemia, o currículo municipal passou a incorporar ações significativas derivadas do PNA, que foram fundamentais para aprimorar habilidades de consciência fonêmica, leitura, escrita e matemática. A aplicação de provas externas para avaliar os níveis de dificuldade dos alunos após o retorno às aulas presenciais foi uma estratégia importante para diagnosticar as principais dificuldades dos alunos durante sua alfabetização.

No entanto, é crucial reconhecer que a pandemia da COVID-19 afetou principalmente os alunos de famílias com menor poder aquisitivo, que tiveram menos acesso a recursos e suporte para o processo de alfabetização, bem como aqueles alunos residentes da cidade vizinha, Pedro Juan Caballero, no Paraguai, que enfrentaram dificuldades de acesso às escolas brasileiras durante o período de fechamento da fronteira. Essa disparidade evidencia a necessidade de um planejamento inclusivo e eficaz para garantir que todos os alunos tenham as mesmas oportunidades de aprendizado.

Embora o PNA tenha sido revogado em 2023, iniciativas como a Literacia Familiar e o Programa Tempo de Aprender continuam a fazer parte do currículo municipal de Ponta Porã. Além disso, as avaliações do Caed, que visam desenvolver políticas públicas a partir dos resultados, são focadas nas principais dificuldades dos estudantes, permitindo a consideração das particularidades do ensino na região de fronteira e a adoção de práticas adequadas à sua realidade.

O projeto Literacia Familiar tem se mostrado especialmente benéfico para famílias que não possuem poder aquisitivo para ter acesso a livros de literatura infantil. Além disso, promove a interação dos pais no processo de despertar o interesse dos alunos pela literacia, em consonância com os princípios objetivos estabelecidos pelo Decreto do PNA.

De acordo com o decreto, a literacia familiar é definida como o "conjunto de práticas e experiências relacionadas com a linguagem, a leitura e a escrita, as quais a criança vivencia com seus pais ou cuidadores" (Decreto nº 9.765/2019, Art. 2º, inciso VIII). Essas práticas reforçam a importância de um desenvolvimento integral da criança, que depende da "inter-relação e interdependência dos domínios físico, socioemocional, cognitivo, da linguagem, da literacia e da numeracia" (Decreto nº 9.765/2019, Art. 3º, inciso VII).

Ademais, o decreto ressalta o compromisso com a "igualdade de oportunidades educacionais" e reconhece a família como "um dos agentes do processo de alfabetização" (Decreto nº 9.765/2019, Art. 3º, incisos IX e X). Essas diretrizes destacam o papel fundamental da família no processo de aprendizagem, promovendo uma alfabetização inclusiva e participativa para todas as crianças, independentemente do contexto social.

Portanto, o período pandêmico trouxe impactos significativos ao projeto, principalmente devido ao isolamento social e à suspensão das aulas presenciais. Essas medidas restritivas dificultaram a execução da proposta de projeto e afetaram o desenvolvimento das ações entre 2019 e 2022.

As avaliações realizadas pelo Caed desempenham um papel fundamental, pois, por meio de provas externas, permitem identificar as habilidades que os alunos já possuem e aquelas que ainda precisam ser desenvolvidas para que sejam alfabetizados na idade adequada. Esse processo de avaliação proporciona um atendimento educacional mais individualizado, que leva em conta as particularidades de cada aluno e adapta-se à realidade do contexto escolar fronteiriço sendo vantajoso em uma região caracterizada por uma diversidade linguística e cultural, devido à participação expressiva de alunos paraguaios no sistema de ensino brasileiro.

## REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. Análise de conteúdo. Ed. rev. e amp. 3. reimp. São Paulo: Edições 70, 2016
- BELARMINO, O. M.; VIEIRA, R. M. O desenvolvimento nos territórios de fronteira: análise dos indicadores socioeconômicos da região de planejamento Sul fronteira/MS. *Desenvolvimento Socioeconômico em Debate*, v. 7, n. 1, p. 89-103, 2021.
- BENINI, I.; GHETTI, L.; PAULO, S. A questão urbana no universo fronteiriço: sobre a fronteira internacional de Ponta Porã/MS. [S.l.: s.n.], [s.d.].
- BRASIL. Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 12 abr. 2019. Seção 1, p. 1.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. Caderno PNA. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br>. [s.d.].
- BRASIL. Organização Mundial De Saúde. Organização Mundial de Saúde declara pandemia de coronavírus. *Agência Brasil*, 11 mar. 2020.
- BRASIL. Programa De Promoção Do Desenvolvimento Da Faixa De Fronteira - PDFF. Disponível em: <https://www.pdf.gov.br>. [s.d.].
- BRASÍLIA, abril de 2021. [s.l.: s.n.]. Disponível em: [https://alfabetizacao.mec.gov.br/images/pdf/renabe\\_web.pdf](https://alfabetizacao.mec.gov.br/images/pdf/renabe_web.pdf).
- CRESWELL, J.W.; CRESWELL, J. David. Projeto de pesquisa-: Métodos qualitativo, quantitativo e misto. Penso Editora, 2021.
- DIAS, A. P. Sugestões Legais. 2021.
- DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 24, p. 213-225. 2004.
- FERRARI, M. As noções de fronteira em geografia. *Perspectiva Geográfica*, v. 9, n. 10, p. 55-70, 2014.
- FRANÇA, V. CELLARD, A. - A análise documental. p 295-316. 2012.
- GAUTHIER J.H.M. Pesquisas em enfermagem novas metodologias aplicadas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 1998.
- GOODE, W. J.; HATT, P. K. Métodos em pesquisa social. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1968.
- JUAN, P.; MÁRCIO, C.; SCHERMA, A. Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina: cidades-gêmeas e integração: o caso de Ponta Porã. [S.l.: s.n.], [s.d.].

KERN, A. A. Fronteira/fronteiras: conceito polissêmico, realidades complexas. *História e Diversidade*, v. 8, n. 1, p. 10-19, 2016.

LAMBERTI, E. Dinâmica comercial no território de fronteira: reexportação e territorialidade na conurbação Ponta Porã e Pedro Juan Caballero. 2006.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática: teoria da instrução e do ensino. In: \_\_\_\_\_. Didática. São Paulo: Cortez, 1994.

MACHADO, L. Cidades na fronteira: conceito e tipologia. [s.l.: s.n.], [s.d.].

MATO GROSSO DO SUL. Currículo Municipal de Educação. Ponta Porã: Secretaria Municipal de Educação, 2022, p. 32-33. [s.d]

MATO GROSSO DO SUL. Prefeitura Municipal De Ponta Porã. Escolas municipais retornam às aulas presenciais no dia primeiro. Disponível em: <https://www.pontapora.ms.gov.br/>[s.d.].

MATO GROSSO DO SUL. Prefeitura Municipal De Ponta Porã. Diário Oficial de Ponta Porã, 24 jul. 2020.

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS - PARAGUAY. Datos Educativos. Disponível em: <https://www.educacion.gov.py/datos>. [s.d.].

Municípios no Estado de MATO GROSSO DO SUL. Disponível em: <<http://info.lncc.br/tb15.html>>. Acesso em: 13 nov. 2024.

PARAGUAI. PORTAL OFICIAL DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES DE LA REPÚBLICA DEL PARAGUAY. El Gobierno dispuso el cierre total de fronteras hasta el 28 de marzo, por la emergencia sanitaria. Disponível em: <https://www.gov.py>.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL LIDER FRONTEIRAS DO MS. Campo Grande/MS, nov. 2018. [s.l.: s.n.].

RICHARDSON, R. et. al. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3. ed. 8. reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.

RODRIGUES, A. L. Fronteira e território: considerações conceituais para a compreensão da dinâmica do espaço geográfico. *Produção Acadêmica*, v. 1, n. 2, p. 75-90, 2015.

SCHRAIBER, L. B. Pesquisa qualitativa em saúde: reflexões metodológicas do relato oral e produção de narrativas em estudo sobre a profissão médica. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 63-74. 1995.

SILVA, G. R. F., de Freitas Macêdo, K. N., de Almeida Rebouças, C. B., & Alves, Â. M. (2006). Entrevista como técnica de pesquisa qualitativa. *Online Brazilian Journal of Nursing*, 5(2), 246-257.